

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 11/11/2016

- [Sarampo mata 400 crianças por dia em todo o mundo, diz Unicef](#)
- [A pedido de ONGs, OEA discutirá direitos de crianças e adolescentes no Brasil](#)
- [Pesquisa indica riscos ao desenvolvimento de crianças](#)
- [Quem desistir de adoção em processo avançado pode perder o direito de adotar](#)

Assunto: Sarampo mata 400 crianças por dia em todo o mundo, diz Unicef

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 11/11/2016



Quase 400 crianças morrem diariamente de sarampo no mundo, apesar de a vacinação ter permitido reduzir o número de mortes em 79% nos últimos 15 anos, revela um relatório hoje (11) divulgado em Genebra.

"Fazer o sarampo passar para a história não é missão impossível", disse Robin Nandy, responsável pela imunização no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), citado num comunicado conjunto da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Unicef, da Aliança para a Vacinação (Gavi) e dos centros de prevenção e controlo de doenças dos Estados Unidos (CDCP).

"Temos os instrumentos e o conhecimento para fazê-lo; o que nos falta é a vontade política para alcançar cada criança, esteja ela onde estiver. Sem este compromisso, as crianças vão continuar a morrer de uma doença que é fácil e barato prevenir".

O Unicef, a OMS, o Gavi e o CDCP estimam que as campanhas de vacinação do sarampo e um aumento da cobertura da vacinação de rotina tenham permitido salvar 20,3 milhões de vidas entre 2000 e 2015, mas o progresso não é equilibrado. Em 2015, cerca de 20 milhões de crianças não foram vacinadas e estima-se que 134 mil tenham morrido da doença.

Milhões de crianças sem vacinação

A República Democrática do Congo, a Etiópia, a Índia, a Indonésia, a Nigéria e o Paquistão representam metade das crianças por vacinar e 75% das mortes por sarampo.

"Não é aceitável que milhões de crianças fiquem por vacinar todos os anos. Temos uma vacina segura e muito eficaz para parar a transmissão do sarampo e salvar vidas", disse Jean-Marie Okwo-Bele, diretor do departamento de imunização da OMS.

Ele lembrou que a região das Américas foi este ano declarada livre de sarampo, "o que prova que a eliminação é possível". "Agora temos de acabar com o sarampo no resto do mundo. Começa com a vacinação", afirmou.



Em 2015, em todo o mundo, cerca de 20 milhões de crianças não foram vacinadas contra o sarampo, que matou 134 mil meninos e meninas Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente do Gavi, Seth Berkley, lembrou que o sarampo é um bom indicador da robustez dos sistemas de imunização dos países". "Para abordar as doenças evitáveis através da vacinação mais mortíferas precisamos de

compromissos fortes por parte dos países e dos parceiros para aumentar a cobertura vacinal e os sistemas de vigilância", afirmou.

O sarampo, uma doença viral altamente contagiosa que se transmite por contato direto e pelo ar, é uma das principais causas de morte entre as crianças pequenas a nível mundial, mas é evitável com duas doses de uma vacina segura e eficaz.

No entanto, surtos da doença em vários países, provocados por falhas na imunização de rotina e em campanhas de vacinação, continuam a ser um problema: só em 2015 houve surtos no Egito, Etiópia, Alemanha, Quirguistão e na Mongólia.

Dados recentes sobre mortalidade infantil

Quase metade das 5,9 milhões de mortes de crianças com menos de cinco anos registradas em 2015 ocorreram no primeiro mês de vida, conclui um estudo hoje (11) divulgado em Londres.

Publicado na revista científica The Lancet, o estudo, que apresenta os dados mais recentes sobre a mortalidade infantil em 194 países, indica que 5,9 milhões de crianças morreram em 2015 antes dos 5 anos, 2,7 milhões das quais eram recém-nascidas.

Globalmente, em 2015 houve menos quatro milhões de mortes infantis do que em 2000, em grande parte devido à redução da mortalidade associada à pneumonia, à diarreia, morte durante o parto, malária e ao sarampo (todas caíram mais de 30% entre 2000 e 2015).

No entanto, embora o número de mortes de recém-nascidos tenha diminuído de 3,9 milhões em 2000 para 2,7 milhões em 2015, o progresso na redução da mortalidade neonatal (nos primeiros 28 dias de vida) foi mais lento do que nas crianças entre um mês e cinco anos.

Isto resultou num aumento da proporção de recém-nascidos entre a mortalidade infantil, de 39,3% em 2000 para 45,1% em 2015.

Se as mortes de recém-nascidos tivessem caído ao mesmo ritmo das mortes de crianças entre um mês e cinco anos, o mundo teria alcançado o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a mortalidade infantil em dois terços entre 1990 e 2015, o que não aconteceu.

O estudo destaca também as desigualdades no progresso registrado no mundo, com as taxas de mortalidade infantil variando entre 1,9 e 155,1 mortes por mil nascimentos, e 60,4% (3,6 milhões) de todas as mortes ocorridas em 10 países.

Apesar dos progressos, as principais causas de morte entre as crianças foram as complicações devido a parto prematuro (17,8%, 1,1 milhões de mortes), pneumonia (15,5%, 0,9 milhões de mortes) e morte durante o parto (11,6%, 0,7 milhões de mortes).

Em 2015, os países com maiores taxas de mortalidade infantil (mais de cem mortes por cada mil nascimentos) foram Angola, República Centro-Africana, Chade, Mali, Nigéria, Serra Leoa e Somália.

Nestes países, as principais causas de morte foram a pneumonia, a malária e a diarreia, pelo que os investigadores recomendam investimentos para promover o aumento da amamentação, a disponibilização de vacinas e a melhoria da qualidade da água e saneamento.

Anomalias congênicas

Em comparação, nos países com menores taxas de mortalidade infantil (menos de dez mortes por cada mil nascimentos), incluindo a Rússia e os Estados Unidos, as principais causas de morte foram anomalias congênicas, complicações devido ao parto prematuro e lesões.

Os investigadores recomendam a melhoria da detecção e tratamento das anomalias congênicas, dos cuidados de saúde durante a gravidez e o parto e mais investigação sobre a eficácia das intervenções em casos de lesão.

Citada num comunicado da The Lancet, a autora principal do estudo, Li Liu, da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg, nos Estados Unidos, reconheceu que a sobrevivência infantil "melhorou substancialmente desde que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram definidos, embora a meta de reduzir em dois terços a mortalidade infantil não tenha sido alcançada".

"O problema é que este progresso foi desigual e a taxa de mortalidade infantil permanece elevada em muitos países. É necessário um progresso substancial nos países da África subsaariana e no sul da Ásia para se alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", disse.

Assunto: A pedido de ONGs, OEA discutirá direitos de crianças e adolescentes no Brasil

Fonte: Portal Andi

Data: 11/11/2016



A Organização dos Estados Americanos (OEA) vai realizar uma audiência temática, solicitada por entidades da sociedade civil, para discutir mudanças em políticas públicas brasileiras consideradas pelos autores do pedido retrocessos para a proteção da criança e do adolescente no país. A reunião foi confirmada na última semana e deve ocorrer nos primeiros dias de dezembro, no Panamá.

Entre as entidades que solicitaram a audiência com o organismo internacional estão Instituto Alana, Conectas Direitos Humanos, Ação Educativa, Artigo 19 e Intervezes.

As instituições pretendem levar à OEA a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos, que estabelece um limite para os gastos públicos por 20 anos, limitado à inflação do ano anterior. Aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, a PEC agora tramita no Senado. Para as entidades que recorreram à OEA, a medida levará a cortes de recursos prioritários em áreas como educação e saúde, que afetarão a infância a longo prazo.

A diretora de *advocacy* do Instituto Alana, Isabella Henriques, disse que as instituições consideram a PEC do Teto inconstitucional. “O Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] determina prioridade orçamentária para questões afetas à criança e ao adolescente. Educação, saúde, tudo que vai fazer valer os direitos fundamentais desse público. Então é uma medida inconstitucional, na nossa avaliação”, argumentou.

Isabella participou nesta terça-feira (8) do Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância, no Recife. No mesmo evento, o ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, disse que o orçamento no ano que vem não será afetado pela PEC do Teto de Gastos e que cortes em áreas como saúde e educação foram feitos pelo governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Classificação educativa e repressão policial

Outros temas citados no pedido de audiência à OEA são o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto, que declarou a inconstitucionalidade da regra que obriga as emissoras de televisão a veicular seus programas de acordo com o horário estabelecido pela classificação indicativa; e a forma como a Polícia Militar (PM) de São Paulo reage a manifestações de adolescentes.

A audiência na OEA é um foro político, sem poder punitivo ou deliberativo. As organizações estarão presentes e o governo brasileiro será chamado para fazer sua defesa. “De alguma forma é um movimento para se fazer pressão em relação ao que está acontecendo dentro do

país, e numa esfera internacional, legítima, respeitada e pública”, disse a diretora do Instituto Alana.

Assunto: Pesquisa indica riscos ao desenvolvimento de crianças
Fonte: Portal Andi
Data: 11/11/2016



Estudos publicados na nova série sobre desenvolvimento na primeira infância da revista científica *The Lancet* estimam que 249 milhões de crianças correm um alto risco de comprometimento em seu desenvolvimento devido à situação de extrema pobreza e baixa estatura para a idade. Esse número corresponde a 43% das crianças menores de 5 anos em países de baixa e média renda.

A série de artigos “Avanços no Desenvolvimento Infantil: da Ciência a Programas em Larga Escala” foi lançada no Brasil hoje (9), no escritório Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em Brasília.

Os estudos trazem novas evidências científicas que fundamentam intervenções e propostas para a implementação de políticas em larga escala para o desenvolvimento social e de crianças na primeira infância. Baseada nas conclusões e recomendações das séries anteriores, publicadas em 2007 e 2011, a publicação destaca a importância do cuidado integral e integrado durante os três primeiros anos de vida.

A série, em inglês, está disponível na página do *The Lancet* na internet e mostra que o cérebro infantil se desenvolve com maior rapidez nos primeiros 2 a 3 anos de vida, período crítico de adaptabilidade e de capacidade de resposta às intervenções.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apoiaram a série, que enfatiza o “cuidado carinhoso e sensível às necessidades das crianças”, especialmente daquelas com menos de três anos de idade, e as intervenções multissetoriais, que começam com a saúde, que podem chegar a muitas famílias e às crianças pequenas através da saúde e nutrição.

O representante adjunto da OPAS/OMS no Brasil, Luis Felipe Codina, disse que os estudos, nessa perspectiva da ciência, da teoria e práticas colocadas em espaço menor, trazem experiências locais que deram certo e que de alguma forma pudessem ser colocadas de forma nacional e internacional, com mais gente no processo. Ele cita ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, tem mecanismos potentes que podem ser implementados.

“São cinco elementos que, vendo a série do *The Lancet* que coloca o local para o nacional, da ciência em larga escala, acho que o SUS e o Brasil tem potencialidade para desenvolver esse tipo de proposta, com o conjunto da sociedade”, disse Codina. Ele cita a visita domiciliar e ela conjugada com a atenção básica como importantes instrumentos para o desenvolvimento infantil, a articulação entre as instituições, capazes de desenvolver uma proposta tão ampla, a manutenção das pesquisas e da academia para fortalecer a implementação das políticas e a incorporação de elementos tecnológicos inovadores para facilitar o atendimento e monitoramento.

A série revela que as intervenções para o desenvolvimento na primeira infância que promovem uma atenção sensível às necessidades das crianças – saúde, nutrição, cuidados, segurança e aprendizagem precoce – poderiam custar apenas 50 centavos de dólar por criança ao ano, caso fossem combinadas aos serviços já existentes, como o de saúde.

O lançamento de hoje foi feito em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. No Brasil, o Programa Criança Feliz, comandado pelo ministério, propõe promover o desenvolvimento integral na primeira infância de beneficiários do Bolsa Família.

O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, afirmou que as pesquisas são importantes para desenvolver políticas públicas no Brasil. “O resultado desse conjunto de pesquisas, reforçando nossos conhecimentos, é base científica para execução de políticas públicas de grande escala”, disse.

Assunto: Quem desistir de adoção em processo avançado pode perder o direito de adotar

Fonte: Agência Senado

Data: 11/11/2016



As pessoas que desistirem, sem justificativa, do processo de adoção durante o estágio de convivência — período em que a criança ou adolescente se adapta à nova família — não poderão mais adotar. É o que estabelece o projeto apresentado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), que acrescenta um artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que existem mais de 7 mil crianças e adolescentes esperando por um lar no Brasil. Dessas, mais de 4,7 mil são pardas ou negras, a maioria é do sexo masculino (cerca de 4 mil), e aproximadamente 4,5 mil têm irmãos. O cadastro também aponta que cerca de 36 mil pessoas estão disponíveis para adotar. No entanto, mais de 92% dos cadastrados procuram crianças brancas, cerca de 18,5 mil não aceitam crianças negras, e mais de 25 mil não estão dispostos a adotar crianças ou adolescentes que tenham irmãos.

Na justificativa ao PLS 370/2016, Aécio ressaltou que em alguns casos não existe compatibilidade entre a família e o adotando. Em outros, porém, as famílias desistem do processo sem nenhuma razão aceitável.

— Há casos que constituem verdadeiro abuso por parte dos adotantes e podem causar danos irreversíveis à criança, que muitas vezes, é levada a acreditar que já pertence à família. Isso pode resultar na vivência de um segundo trauma de ruptura, já que não será a primeira vez que a criança ou adolescente foi abandonado — disse.

O projeto será analisado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nessa última, em decisão terminativa, o que significa que segue para a Câmara, caso não haja recurso para análise no Plenário. O relator da proposta na CDH é o senador Paulo Paim (PT-RS).